



# *Câmara Municipal de Monte Mor*

*“Palácio 24 de Março”*

## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

PROJETO DE LEI Nº 05/2025  
AUTORIA: DO PODER EXECUTIVO

### **I – EXPOSIÇÃO DA MATÉRIA**

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo que, *“Altera a redação dos artigos 1º e 21 da Lei nº 3.127, de 27 de setembro de 2023, e dá outras providências.”* A propositura tem como objetivo de alterar por razões de pertinência temática, transferindo as responsabilidades de proteção e bem-estar animal para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme justificativa da matéria.

### **II – ANÁLISE**

Primeiramente, a propositura visa alterar a Lei Ordinária nº 3.127 de 27 de setembro de 2023, especificamente os artigos 1º e 21, o 1º artigo transfere a responsabilidade do desenvolvimento de políticas públicas de proteção animal e fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura para Secretaria Municipal de Saúde.

O artigo 21 transfere o cumprimento da lei para os técnicos e fiscais da Secretaria Municipal de Saúde, com parceria da Secretaria de Segurança Pública e autoriza a remoção de lotação de servidores.

Haja vista, que a Lei em vigor responsabiliza a Secretaria de Meio ambiente e Agricultura. Seguimos a comparação entre a redação apresentada pelo Poder Executivo e a que está em vigor.

#### Proposta de alteração do Projeto de Lei:

**“Art. 1º** Fica instituída a Lei Municipal de Proteção e Bem-estar Animal no âmbito do município de Monte Mor estabelecendo normas para a proteção animal contra condutas lesivas à sua integridade física e mental, e concede competência à Secretaria Municipal de Saúde ao desenvolvimento de políticas públicas de proteção animal, fiscalização e dá outras providências.”

**“Art. 21º** O cumprimento desta Lei será atribuído aos técnicos e fiscais da Secretaria Municipal de Saúde, com parceria da Secretaria Municipal de Segurança Pública, ficando autorizada remoção de lotação de servidores em razão da melhoria dos serviços públicos.”





# *Câmara Municipal de Monte Mor*

*“Palácio 24 de Março”*

## Redação da Lei vigente:

“**Art. 1º** Fica instituída a Lei Municipal de Proteção e Bem Estar Animal no âmbito do município de Monte Mor estabelecendo normas para a proteção animal contra condutas lesivas à sua integridade física e mental, e concede competência à Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura ao desenvolvimento de políticas públicas de proteção animal, fiscalização e dá outras providências.”

“**Art. 21º** O cumprimento desta Lei será atribuído aos técnicos e fiscais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, com parceria da Secretaria Municipal de Segurança Pública.”

A redação atual do artigo 1º da Lei Ordinária nº 3.127, de 27 de setembro de 2023, que dispõe sobre a proteção e o bem-estar animal no âmbito local, atribuindo à Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura a competência para o desenvolvimento das políticas públicas nessa área. Assim, o artigo 21 da mesma normativa designa os profissionais dessa pasta como responsáveis pelo seu cumprimento.

Sendo assim, a alteração ora proposta pelo Poder Executivo, transfere essas atribuições para os técnicos e fiscais da Secretaria Municipal de Saúde com parceria da Secretaria de Segurança Pública, bem como acrescenta a autorização para a remoção de lotação de servidores públicos.

Vejam, que a matéria para legislar, cumpre a destacar o artigo 30, I da nossa Carta Magna e nos artigos 26 e 45 da Lei Orgânica Municipal, que compete ao município legislar sobre assunto de interesse local. Vejamos:

**Art. 30** Compete aos Municípios:

**I** - legislar sobre assuntos de interesse local;  
(...)

**Art. 26** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que:

**I** – fixem ou modifiquem o efetivo da Guarda Municipal;

**II** – disponham sobre:

**a)** criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica e fixação de sua remuneração;

*Rua Ruge Maluf, 61 – Monte Mor – SP – CEP 13190-000 – Fone/Fax: (19) 3889-2780*

*E-mail: camara@camaramontemor.sp.gov.br*





# Câmara Municipal de Monte Mor

“Palácio 24 de Março”

b) servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

c) criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da administração pública municipal; (grifo meu).

**Art. 45** Compete, privativamente, ao Prefeito:  
(...)

VI – dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;

Assim, a técnica legislativa utilizada não é a mais adequada, em nosso artigo 55 do nosso Regimento Interno compete a Comissão de Justiça e Redação a verificação e correção da forma gramatical e lógica da matéria apresentada pelo Poder executivo, pois há apenas um único comando na proposição (art. 1º) para alterar dois dispositivos distintos.

**“Art. 55** Compete à Comissão de Justiça e Redação manifestar-se sobre todos os assuntos entregues à sua apreciação, quanto ao seu aspecto constitucional, legal, gramatical e lógico.”(grifo meu).

A logística indica que a boa técnica legislativa é que cada proposta de alteração, ou seja, ambas apresentadas separadamente, cada um em um dispositivo normativo, para facilitar a leitura, estudo e compreensão dos legisladores entorno da matéria a ser deliberada.

O artigo 1º da Proposição trataria da alteração do artigo 1º da referida lei e o artigo 21 da proposição estaria expresso no artigo 2º da proposição e os demais artigos renumerados.

Do ponto de vista da técnica, é desnecessário o artigo sobre as despesas, pois não possui os dados da dotação orçamentária, e ainda, não se pode iniciar uma despesa sem que haja previsão de fontes orçamentárias e financeiras, nos termos do artigo 167, I da Constituição Federal de 1988.

**Art. 167.** São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

Portanto, o artigo 21 da Lei nº 3.127, de 27 de setembro de 2023, quanto a proposta de alteração, possuem uma redação inadequada que pode ser melhorada para ser ter maior clareza e objetividade para ser executada.

Para tanto, quem deve cumprir as normas contidas na respectiva Lei? Se verificar o  
Rua Ruge Maluf, 61 – Monte Mor – SP – CEP 13190-000 – Fone/Fax: (19) 3889-2780  
E-mail: camara@camaramontemor.sp.gov.br





# *Câmara Municipal de Monte Mor*

*“Palácio 24 de Março”*

conteúdo da norma, ela define ser os técnicos e fiscais da secretaria de saúde. No entanto, é dever de todos o cumprimento das normativas expressa na norma e no artigo 21 está no capítulo que trata das medidas administrativas, expondo os procedimentos que devem ser seguidos, sendo assim, do ponto de vista funcional, devem os técnicos e fiscais serem responsáveis no que tanger tão somente a normativa administrativa. E onde fica cumprimento da matéria apresentada que seria de fiscalização da Lei, com aparato de outras secretarias.

O projeto de Lei 05/2025, que propõe a alteração da Lei nº 3.127, de 27 de setembro de 2023, menciona o porquê da retirada da competência da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura e ao desenvolvimento de políticas públicas de proteção animal e sua fiscalização. Mas a norma apresentada não é adequada retirar essa secretaria e tamanha importância também de seus deveres e obrigações.

A Lei nº 9.605/1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais, é a principal legislação que trata das sanções penais e administrativas para atos lesivos ao meio ambiente, incluindo maus-tratos contra animais.

O artigo 32 desta lei especifica que é crime praticar atos de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, com penas que variam de detenção e multa, e que são agravadas em casos de morte do animal ou quando os crimes envolvem cães e gatos, conforme a Lei nº 14.064/2020 (Lei Sansão).

Em algumas situações, órgãos de meio ambiente desempenham um papel relevante no controle de zoonoses, especialmente quando envolvem animais selvagens e seus habitats. Por isso, não havia necessidade da retirada da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura, eles podem estar envolvidos na preservação de ecossistemas e no controle de vetores de doenças, como mosquitos e carrapatos.

Essa propositura, transfere essas responsabilidades de proteção e bem-estar animal para a Secretaria Municipal de Saúde, pela formulação de políticas e diretrizes relacionadas à saúde pública, incluindo o controle de zoonoses.

Mas, como já dissemos o controle de zoonoses é um conjunto de medidas e estratégias adotadas para prevenir, monitorar, controlar e combater doenças que podem ser transmitidas entre animais e seres humanos. Então, o objetivo do controle de zoonoses é proteger a saúde pública, prevenir surtos de doenças e garantir o bem-estar dos animais, alguns exemplos, vacinação e castração.

Por isso, o controle de zoonoses envolve várias instituições e órgãos de saúde pública nas diferentes Secretarias do nosso Município. Sabemos, que a lei dos direitos dos animais é composta por diversas normas que visam proteger os animais, essas leis refletem um compromisso crescente com a proteção e o bem-estar dos animais.

A responsabilidade primária pelo controle de zoonoses recai sobre o Poder Executivo, uma vez que eles têm o contato direto com as comunidades, onde as ações de controle são realizadas. Então, as Secretarias de Saúde do município são responsáveis por implementar

*Rua Ruge Maluf, 61 – Monte Mor – SP – CEP 13190-000 – Fone/Fax: (19) 3889-2780*

*E-mail: camara@camaramontemor.sp.gov.br*





# Câmara Municipal de Monte Mor

“Palácio 24 de Março”

medidas de prevenção, vigilância, educação pública e tratamento de zoonoses.

Assim, os Centros de Controle de Zoonoses (CCZs) são as unidades operacionais que realizam diretamente a vigilância, prevenção e controle de zoonoses, incluindo captura de animais, educação em saúde e vigilância de áreas de risco.

Sendo assim, a propositura está dentro da legalidade no que concerne à iniciativa e a competência, por força do Art. 201 do Regimento Interno, não há indício de inconstitucionalidade, encontra-se devidamente protocolada em respeito aos artigos 149 e 200 também do nosso Regimento Interno e está devidamente assinada pelo Chefe do Poder Executivo.

A autorização para moção de servidores de uma pasta para outra, respeitando as responsabilidades funcionais, é uma prerrogativa inerente do Chefe do Poder Executivo, **mas uma vez NÃO obedece ao preceito regimental do artigo 55 em que compete a Casa Legislativa.** (grifo meu)

### **III- VOTO DO RELATOR**

Pelo exposto, conclui a relatora Vereadora - Wal da Farmácia que, não há qualquer afronta aos princípios constitucionais, legais, mas **NÃO** há boa técnica legislativa, pelo que a **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO** vota pela **POSSIBILIDADE JURÍDICA** a regular tramitação do Projeto de Lei nº 05/2025 do Poder Executivo. Deixando aos nobres pares uma reflexão de como proceder com lisura os projetos encaminhados a essa Casa de Leis. Pois é, essencial para proteger a saúde pública e o bem-estar dos animais.

Plenário Vereador Dr. Mansour Assis, 05 de março de 2025.

Assinado Digitalmente Por: Alexandre  
de Jesus Pinheiro  
CPF: \*\*\*\*\*

Data:11.03.2025



Assinado Digitalmente Por: Valdirene  
Joandsin da Silva  
CPF: \*\*\*\*\*

Data:07.03.2025



**WAL DA FARMÁCIA**  
Secretária da CJR  
**RELATOR**

Assinado Digitalmente Por: Edson  
Silva  
CPF: \*\*\*\*\*

Data:11.03.2025



PRESIDENTE DA CJR

VICE-PRESIDENTE CJR

